

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 125/126 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 20/21 DE SETEMBRO DE 2000 ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE SETEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Hidekazu Takayama.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Parecer:

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
EMENDA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 292/2000

P A R E C E R :

Ao Projeto de Lei nº 292/200, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/2000, foi oferecida uma

emenda de plenário com o objetivo de alterar a redação do artigo 3º para manter o programa de obras constante do anexo V da vigente lei orçamentária.

Inobstante a emenda em exame não incorra em inconstitucionalidade por desrespeito à vedação prevista no artigo 68 inciso I, da Constituição Estadual, há de ser de plano rechaçada, posto que a alteração proposta, neutraliza por inteiro o objeto da proposição original, encaminhada para apreciação nesta Casa de Leis.

O acolhimento de emenda corresponderia, exatamente, à manutenção da Lei Orçamentária tal como hoje em vigor, muito embora verificada a necessidade de tal alteração, pela Administração Pública Estadual segundo os termos da mensagem do senhor governador.

Ante o exposto é Contrário o Parecer da Comissão Geral de Plenário à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 292/2000.

Sala das Sessões, em 20.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI - Relator

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 204/2000, item 08, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado Ricardo Maia, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1786

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 292/2000, que dispõe sobre aprovação de ajuste orçamentário junto ao DER, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.09.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a todos os senhores vereadores do Estado do Paraná pelo transcurso do Dia Nacional do Vereador.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os senhores vereadores do Paraná

por intermédio dos senhores presidentes de cada Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um dia de gala a passagem do Dia Nacional do Vereador é 1º de outubro, assinala uma data a ser festejada por todos os que têm envolvimento com a classe política.

Essa categoria de políticos merece o nosso respeito, pois conhecemos o elevado significado da missão a eles confiada.

É o Vereador que se encontra mais atento e próximo dos problemas comunitários e das mais legítimas reivindicações populares.

Dentre as três classes parlamentares a que mais se expõe aos espinhos da atividade é a dos parlamentares municipais, os vereadores. E desnecessário seria explicar o porquê. Mas é bom que se recorde que o vereador enfrenta de princípio duas situações adversas: por estar mais diretamente em contato com o povo, serve de caixa de ressonância para os inúmeros e complexos problemas da comunidade; e sendo um parlamentar, um legislador por princípio, não dispõe dos meios executivos para oferecer a solução pronta e eficaz como seria do seu agrado e mais ainda, do desejo e esperança do cidadão que a ele se socorre. Ao conviver com o povo, o vereador convive mais amiúde com os problemas da cidade seja na área urbana, nos bairros e vilas, seja nos distritos e povoados. Assim sendo, o seu trabalho é diuturno e o encaminhamento das questões e dos pedidos mais constantes.

Ao se comemorar o Dia Nacional do Vereador, almejamos que seja feito deste dia o momento de compreensão e da gratidão, reconhecendo pela população o inestimável trabalho desse político no atendimento do cidadão de quem é a primeira esperança.

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Casa Schier pela passagem de seus 70 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao seu fundador senhor Levino Schier para que receba e transmita a todos os seus familiares e colaboradores as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É para nós um momento de glória, quando comemoramos 70 anos da Casa Schier.

Para enriquecer esta próspera terra, o senhor Levino Schier e sua esposa dona Santa, proporcionaram a

conquista de um pequeno espaço importante no mercado curitibano na década de 1930.

Hoje, setenta anos depois, podemos testemunhar com orgulho, o resultado desse trabalho estafante, que significa, podendo ressaltar o cuidado com que foi organizado o programa de suas atividades.

O comércio tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através do comércio que os povos entraram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimentos úteis.

O comércio exerce no organismo de um povo a função de distribuidor dos bens. É realmente através do comércio que a agricultura e a indústria podem chegar ao consumidor.

Um povo com um comércio desenvolvido está a atestar a pujança e a riqueza de suas indústrias, sejam elas extrativas, agrícolas ou manufaturados.

A confiança de uma família, a força de vontade dos parceiros e a determinação do senhor Levino Schier e sua esposa dona Santa foi essencial para encarar com entusiasmo o início de um trabalho árduo para tornar-se, setenta anos mais tarde uma gloriosa tradição no comércio curitibano.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste deputado, saúda com grande entusiasmo, este brasileiro, filho de imigrantes austríacos e italianos, hoje com 92 anos sempre ao lado de dona Santa, esposa e colaboradora, seus filhos, netos e bisnetos, bem como todos os colaboradores.

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a Rádio Colméia de Porto União, Santa Catarina, pela passagem do seu 45º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao seu diretor presidente, senhor João Carlos Côas para que receba a transmita a todos os seus colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

E para nós um dia de gala, este dia em que festejamos os 45 anos de fundação da Rádio Difusora Colméia da cidade de Porto União, Santa Catarina.

A Rádio Colméia de Porto União, inaugurada em 06 de outubro de 1995, permanece na região, como líder absoluta em audiência.

A Rádio Colméia representa o verdadeiro espírito de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento social, cultural, econômico e munici-

palista. Ldaí decorre a grande responsabilidade que pesa sobre seus dirigentes e colaboradores.

Deverão estes ser dotados de sólida cultura intelectual e moral e, seus ânimos devem estar forrados contra todas as investidas de interesse subalternos.

Vivendo da simpatia da massa de ouvintes, o rádio deverá ter suas antenas transmissoras constantemente orientadas para essa massa, afim de transmitir-lhes os anseios, para em, letra de forma, fazê-los chegar até aqueles aos quais está afeto o bem-estar geral.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, congratula-se com a Colméia, bem como com a sua legião de ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, de voto de congratulações a professora Lucineia Pureza da Silva, alusivos ao recebimento do título de Miss professora 2000 através do concurso promovido pelo Núcleo Regional de Educação do Vale do Ivaí, em 15 de setembro de 2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Pará, 1380, CEP 86870-000, Ivaiporã, Paraná.

Sala das Sessões, em 20.09.2000

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1782

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Departamento de Estradas e Rodagem DER, solicitando a realização de uma operação de tapa buracos na rodovia PR-161, entre os municípios de Guaíra e Marechal Cândido Rondon, neste estado.

Sala das Sessões, em 20.09.2000

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento, tem por objetivo principal, atender a reivindicação dos moradores das cidades de Guaíra e Marechal Cândido Rondon, assim como das demais cidades daquela região, que solicitam a realização de uma operação de tapa buracos na rodovia PR161, que encontra-se em péssimo estado de conservação, o que vem ocasionando muitos acidentes, em toda a sua extensão.

Face ao exposto, considerando o grande tráfego existente na PR161, e a importância desta rodovia para os municípios da região noroeste do nosso Estado, solicito aos demais deputados, a aprovação ao requerimento que ora proponho.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 309/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o nome da Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, no município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, para a Escola Estadual Professora Maria Aparecida Militão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, que ora proponho, tem por objetivo principal, atender a reivindicação dos moradores dos bairros Jardim Adriane, Vila Rosa, Vila Cristina, e Vila Esperança, no município de Telêmaco Borba, que solicitam a mudança de nome da Escola Estadual Nossa Senhora das Graças, para Escola Estadual Professora Maria Aparecida Militão.

Esta foi a maneira que alunos, pais, mestres e funcionários da Escola Nossa Senhora das Graças, encontraram para homenagear a professora Maria Aparecida Militão (*in memorian*), pelos relevantes serviços prestados à comunidade como educadora, trabalho este que teve início em 1971, quando a professora Maria Aparecida Militão, formou-se professora Primária, na Escola Normal de Grau Colegial Jaime Canet, na cidade de Bela Vista do Paraíso, Paraná.

A presente solicitação, é muito bem retratada através de abaixo assinado da população, assim como o brilhante trabalho desenvolvido pela professora Maria Aparecida Militão, e retratado através de sua biografia e demais declarações devidamente anexados a este projeto de lei.

Face ao exposto, considerando a integridade das informações prestadas através da documentação em apenso, solicito aos demais colegas desta Casa de Leis, a devida acolhida ao projeto que ora apresento.

PROJETO DE LEI Nº 310/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular, e suas filiais, regularmente registradas na Junta Comercial, operantes no âmbito do estado do Paraná, a divulgarem propaganda de advertência aos usuários e a população paranaense em geral, informando os riscos à saúde quando do uso inadequado de aparelhos celulares.

§ 1º - A propaganda de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser afixada obrigatoriamente em prédios públicos estaduais e nas revendas de aparelhos celulares credenciados pelas operadoras ou não, veiculada por cartazes de dimensão compatível com a necessidade de visualização dos mesmos.

§ 2º - A propaganda de que trata o *caput* deste artigo, deverá conter dizeres de advertência, informando a forma adequada de uso de aparelhos celulares, principalmente no que tange a distância mínima de 2,5 centímetros da antena do aparelhos até a cabeça do usuário, indicando os possíveis danos a saúde, informando o uso correto para usuários portadores de marca passos cardíacos, e as possíveis interferências que os celulares provocam em aparelhos eletrônicos, além de outras informações.

§ 3º - Compete ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública, a fiscalização do cumprimento da presente lei, sendo que as sanções decorrentes do não cumprimento serão regulamentadas por ato da referida Secretaria de Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.09.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A crescente popularização do uso da telefonia celular remete à necessidade de uma análise mais profunda quanto à segurança do usuário, aspecto este que tem sido colocado em questão em vários fóruns internacionais, especialmente tendo em vista os relativamente elevados campos magnéticos, emitidos pelos aparelhos portáteis com antenas tipo monopolo convencional, antenas estas extremamente próximas à cabeça dos usuários.

Algumas publicações tem mostrado que os telefones celulares portáteis, na pior situação, irradiando muito próximo da cabeça do usuário, não tem respeito às normas estabelecidas tanto nos EUA quanto na Europa, além do que estas normas estão sendo revistas continuamente, sempre para limites mais baixos. Uma das razões das contínuas alterações nas normas é a significativa e perigosa defasagem entre a rapidez do desenvolvimento e a popularização dos celulares e a exigência de tempo para maturação confiável das pesquisas e divulgação dos resultados, ou seja, a tecnologia da telefonia celular cresceu muito rapidamente e as consequências biológicas só estão sendo melhor conhecidas após o uso.

Exemplo disto é que para estudar os possíveis efeitos sobre a saúde, devido aos campos eletromagnéticos produzidos pelos telefones celulares e outros aparelhos, a OMS, Organização Mundial da Saúde lançou em 1996, um programa de cinco anos orçados em US\$3,3 milhões. Algumas empresas fabricantes, através da CTIA (The Cellular Telecommunications Industry Association) dos EUA, estão aplicando US\$ 25 milhões em pesquisa

sobre os efeitos biológicos da telefonia celular. Os resultados destas pesquisas ainda não são conhecidos.

Os principais efeitos biológicos das ondas eletromagnéticas podem genericamente ser divididos em dois tipos de efeitos: Efeitos Térmicos e Efeitos Não-Térmicos. Os Efeitos Térmicos são aqueles causados por um aquecimento direto dos tecidos biológicos. Ao contrário das radiações não ionizantes em comprimento de ondas menores como no infra-vermelho, as radiações em microondas e em RF não são somente absorvidas pela pele, mas dependendo da frequência, em camadas mais profundas do tecido também. Como os sensores de temperatura do corpo humano estão localizados em regiões mais profundas, sem serem percebidos pelas pessoas.

Deve ser citada a norma muito utilizada que foi elaborada pelo IEEE (The Institute of Electrical and Electronics Engineers) dos EUA, que estabelece os limites de segurança e devem ser respeitadas pelas empresas fabricantes, contudo a sua aplicabilidade se constata que mesmos os fabricantes celulares portáteis de baixa potência se não forem mantidos a uma distância mínima de 2,5cm, os níveis de SAR (Taxa de Absorção Específica) absorvidos na cabeça do usuário excedem os limites estabelecidos.

Os Efeitos Não-Térmicos são efeitos bioquímicos ou eletrofísicos causados diretamente pelos campos eletromagnéticos induzidos, e não indiretamente por um aumento localizado ou distribuído de temperatura. Alguns efeitos não térmicos reportados na literatura incluem efeitos nos sistemas nervoso, cardiovascular e imunológico, bem como no metabolismo e em fatores hereditários. Efeitos que foram claramente demonstrados incluem alterações no fluxo de íons através das membranas das células, alterações na mobilidade dos íons de cálcio (particularmente nos tecidos do cérebro), alterações na síntese de DNA e na transcrição de RNA e efeitos na resposta de células normais e moléculas sinalizantes (incluindo hormônios neurotransmissores e fatores de crescimento). Alterações no fluxo de cálcio em células, na barreira entre o sangue e o cérebro, que protege o cérebro de certas toxinas, e no desenvolvimento de tumores cerebrais foram também reportados.

Assim, como os usuários dos telefones celulares portáteis estão sendo expostos a campos eletromagnéticos em intensidade e por período de tempo nunca antes experimentado por nenhum setor significativo da população, e como avaliação dos efeitos biológicos a médio e a longo prazo desta exposição requer vários anos de estudos epidemiológicos, é indispensável que preocupações adequadas sejam tomadas enquanto não houver maior conhecimento da extensão exata dos riscos à saúde dos usuários.

Deste modo, até que se possa utilizar equipamentos sem riscos, a sugestão é que se use o telefone celular com o afastamento mínimo da antena de 2 a 3cm da cabeça, posicionada o mais para trás possível, nunca falar

com a antena recolhida ou em lugares fechados, onde o celular emite maior potência.

Isto posto, solicito o apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que dispõe sobre a exigência de colocação de advertência, quanto aos riscos à saúde, com o uso de telefones celulares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Cesar Seleme.

(**Declina**)

Segundo orador inscrito o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, esta semana é uma semana nacional do trânsito, semana pelo qual desde 1991 em todo o solo brasileiro o governo federal, através do seu Departamento Nacional de Trânsito, faz com que toda a população brasileira seja conscientizada naquilo que tira a vida de milhares e milhares de irmãos brasileiros, paranaenses e pontagrossenses da minha cidade. Essa campanha educativa no seu início não tinha uma abrangência na qual se encontra nos tempos de hoje, é uma campanha pela qual a conscientização desde a escola, desde o primário, a participação das comunidades de base, e principalmente a responsabilidade de todos aqueles que dirigem o município, o Estado, ou mesmo a nossa Nação.

Não poderia esta Casa, senhor presidente, hoje que estamos no meio da semana Nacional de Trânsito, aonde através de um trabalho árduo, profícuo, e acima de tudo responsável das autoridades constituídas, nós temos em todo o Brasil os exemplos dos maus motoristas, dos maus pedestres, e daqueles que não entendem que a responsabilidade mútua entre o veículo e o cidadão, e principalmente do motorista que dirige o veículo, tem que ter para com a sua direção.

Estamos entrando, senhor presidente, nesta Casa com requerimento cumprimentando a diretoria do Conselho Nacional de Trânsito, já pelo seu sucesso neste ano que é subsequente há vários anos de conscientização de toda a Nação.

Quero aproveitar, senhor presidente e dizer alguma coisa referente as campanhas eleitorais que se avizinham e estão no seu final, mais onze dias nós teremos a eleição dos nossos prefeitos, dos nossos vereadores.

E as pesquisas realizadas, presidente Nelson Justus, as vezes levam para um ou para outro lado quando dirigidas em um ou outro setor, e não fazem aquilo que nós desejamos qual seja realmente o interesse de divulgar qual é a posição real deste ou daquele candidato.

Pesquisas, algumas dirigidas, outras manipuladas, e algumas sérias confundem o eleitor, Ilustre deputado líder do Governo Valdir Rossoni.

Nós não temos uma definição baseado em números porque em cada edição de um jornal um número diferente se apresenta, trazendo a dúvida ao eleitor e, principalmente, a esse ou aquele partido político.

O que temos a certeza, senhor presidente, senhores deputados, é que teremos no dia 1º de outubro a vontade, através da escolha universal, quando estivermos na urna eletrônica, na escolha do nosso vereador, do nosso prefeito, dando a contribuição para a democracia do nosso Brasil.

Quero testemunhar que na minha cidade, que é Ponta Grossa, cada semana um novo quadro da pesquisa é mostrado - uma semana um, outra semana outro e na terceira semana outro.

Estaremos, como está toda a população do Paraná e do Brasil, conscientes de escolher aquele que, realmente, vai nos representar com a melhor condição na Câmara Municipal ou frente a uma Prefeitura, de uma das 4500 cidades ou mais ainda do nosso Brasil.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no pequeno Expediente, com a palavra o deputado Antonio Carlos Baratter.

(**Declina**).

Passa-se ao Horário das Lideranças.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 21/2000, que dispõe sobre a aprovação de um ajuste no programa de obras, no valor de R\$14.899.381,00 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a execução do Programa de Desenvolvimento Integrado dos Transportes, com a construção de obras rodoviárias e

estradas rurais - Caminhos da Educação e da Produção.
COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.
EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni, que será o relator.

O SR. VALDIR ROSSONI

Ao Projeto de Lei nº 292/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/2000, foi oferecida uma emenda de Plenário, com o objetivo de alterar a redação do artigo 3º, para manter o programa de obras constante do Anexo V, da vigente lei orçamentária.

Inobstante a emenda em exame não incorra em inconstitucionalidade, por desrespeito à vedação prevista no artigo 68, inciso I, da Constituição Estadual, há de ser de plano rechaçada, posto que a alteração proposta, neutraliza por inteiro o objeto da proposição original, encaminhada para apreciação nesta Casa de Leis.

O acolhimento da emenda corresponderia, exatamente, à manutenção da Lei Orçamentária tal como hoje em vigor, muito embora verificada a necessidade de tal alteração, pela Administração Pública Estadual, segundo os termos da Mensagem do senhor governador.

Ante o exposto é contrário o Parecer da Comissão Geral de Plenário à emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 292/2000”.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o parecer do relator. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON

Questão de Ordem, senhor presidente?
(**Assentimento**)

Não foi colocado em votação o requerimento pedindo a transformação do Plenário em Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está coberto de razão. Eu me penitencio e coloco em votação o requerimento firmado por diversos senhores deputados, de transformação do Plenário em Comissão Geral.

Apenas me justifico com o deputado Strapasson, porque na tarde de ontem já havíamos acordado que iríamos, dado a inconstitucionalidade da emenda Vossa Excelência tem razão.

Em votação o requerimento, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoio dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Cesar Seleme e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral de Plenário. **Aprovado.**

Ressalvada a emenda em votação, o projeto de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 21/2000. **Aprovado o projeto.**

Em votação a emenda. **Rejeitada a emenda.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 240/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Ambazul - Associação de Moradores do Balneário Costa Azul, com sede e foro no município de Matinhos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 240/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Balneário Costa Azul - Ambazul, com sede e foro no município de Matinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.09.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 243/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 12.890, de 29 de maio de 2000. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 272/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Movimento Recriança, com sede no distrito de Bateias e foro no município de Campo Largo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 272/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Movimento Recriança, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.09.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Conselheiro Mairinck, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2000, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APSFI, onde funciona a escola para surdos da referida entidade, no município de Foz do Iguaçu, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação de Renais Crônicos de Londrina e Região - Arenalon, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM, 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa da Folia de Reis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. (Publ. no D.A. nº 081, de 19.06.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 204/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, conclui tratar-se de evento cívico, cultural, religioso e folclórico, que visa integrar a comunidade, e mais, verificou que o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo, não havendo portanto, nenhum óbice para sua aprovação.

Diante do exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente e Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 204/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis.

Sobre a matéria, já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa do autor, que o festival da Folia de Reis em Sarandi é o maior evento cívico, cultural, religioso e folclórico do município e o maior no gênero em todo o Estado do Paraná.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.08.2000.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 204/2000.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justos)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1778, 1779 e 1780, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1782, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1785, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1786, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, amanhã vamos comemorar o Dia da Árvore e apresentei um projeto de lei, nesta Casa, que proíbe o corte do pinheiro nativo, não entrando aí a questão do manejo.

O pinheiro nativo é uma lei que tramita nesta Casa, se estiver com o parecer favorável das comissões, em

condições de estar na Ordem do Dia de amanhã, gostaria de sugerir a Vossa Excelência que colocasse na Ordem do Dia, porque há 10 anos atrás, no início da exploração, algum tempo atrás, 50% da nossa área nativa era coberta de pinheiro nativo, e hoje temos poucas áreas de pinheiro nativo e a nossa sugestão através desta lei é que se dê uma trégua do corte de pinheiro nativo por 10 anos no Estado do Paraná.

Então, consulto a Vossa Excelência em havendo condições de estar na pauta, esse projeto gostaria que a Assembléia pudesse analisá-lo amanhã em homenagem até o Dia da Árvore que vamos comemorar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Neivo Beraldin, consultamos a nossa assessoria da Casa e este projeto que é realmente de extrema importância e relevante encontra-se na Comissão de Agricultura, cujo presidente é o deputado Edgar Bueno que infelizmente não está entre nós.

Mas eu quero crer que podemos, no dia de amanhã, colocá-lo na pauta e assumirmos o compromisso com Vossa Excelência de que segunda-feira inpreterivelmente estará na Ordem do Dia, juntamente com outros projetos que vamos nominar a partir de então.

O SR. BERALDIN

Agradeço Vossa Excelência, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 105, 345/99 e 208/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 526/99 e 276/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos projetos de Lei nºs 567/99 e 215/2000.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2000

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Edson Strapasson e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projetos de Lei:

PROJETOS DE LEI Nº 311/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Universidade da Água - Uniágua, localizada no município de Piraquara, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.09.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Uniágua - Universidade da Água, localizada no município de Piraquara, vem desenvolvendo atividades

voltadas à proteção deste importante patrimônio da humanidade - a água.

Através de debates, troca de experiências, recepção, armazenamento e difusão da cultura que envolve o tema, a Uniágua é um Fórum Permanente da Água.

Comprometida com a preservação hídrica, o posicionamento da Uniágua é de harmonia com o Governo, empresa, Organizações Não Governamentais - ONG's e a sociedade, com o objetivo de analisar o mercado em que atua, para cumprir sua principal meta que é a de estudo e ação no sentido de preservação da água.

Sendo assim, e pela documentação acostada, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 312/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o § 1º, do artigo 52, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, onde passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52 - ...

“§ 1º - O afastamento não se prolongará por mais de oito anos consecutivos, salvo quando para exercício de cargo de direção ou em comissão nos governos da União, dos Estados ou dos Municípios, ou na hipótese de funcionários à disposição da presidência da República, ou, ainda, para exercício de cargo eletivo no âmbito federal, estadual ou municipal, casos em que poderá permanecer afastado durante o tempo em que perdurar a comissão ou a requisição, ou durante o prazo do respectivo mandato.”

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Pela redação atual do § 1º, do artigo 52, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná), o afastamento de servidores públicos de suas respectivas lotações “não se prolongará por mais de quatro anos consecutivos”. Tal limitação encontra-se superada, não só em função das atuais e modernas estruturas dos órgãos públicos, das várias esferas de governo que, em razão de dificuldades de provimentos novos, têm se valido de servidores de outros setores, fato que, ressalte-se, enseja economia de gastos públicos e possibilita o integral aproveitamento de recursos humanos de que dispõe o serviço público.

Na certeza, portanto, de que a elevação do referido prazo para até oito anos, atende aos superiores interesses públicos, solicito o apoio e a aprovação, dos ilustres senhores deputados que compõem esta Casa de Leis, à presente proposição que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta Casa tem em andamento, aqui, a CPI do Crime Organizado e do Narcotráfico. Com dificuldades, enfrentando uma série de resistências, esta CPI tem, senhor presidente, desempenhado o seu papel, tem procurado dar a sua contribuição à sociedade paranaense, tem buscado nas denúncias que chegam através do 0800-2829 e através de cartas que chegam à CPI, os seus membros têm se debruçado em cima dessas denúncias e procurado exercer o seu papel, para o qual foram designados.

Fizemos algumas incursões pelo litoral do Paraná, pelo interior do Paraná. Temos ouvido, diariamente, se não nas sessões públicas, em sessões reservadas, a tomada de depoimentos de várias pessoas. Na semana da Pátria a CPI trabalhou. Estivemos, inclusive, sobrevoando o interior do Estado do Paraná em consequência de denúncias que chegaram, na identificação de algumas pistas clandestinas que são utilizadas para o contrabando, para o narcotráfico, para o contrabando de armas, para a lavagem de dinheiro. Ainda ontem, eu e o deputado Ricardo Chab - por mais de quatro horas, tomamos dois depoimentos importantíssimos em relação à CPI.

Ainda na semana da Pátria, quando antecedeu o feriado de 7 de setembro, esta CPI esteve num dos fóruns da Região Metropolitana de Curitiba, com um forte esquema de segurança, ouvindo um elemento que está preso que, sem dúvida alguma, é uma pessoa bastante ligada e sendo possivelmente um dos braços fortes do Fernandinho Beiramar.

Então, esta CPI tem feito um trabalho que se não tem aparecido assim com muita constância na imprensa, tem feito um trabalho muito sigiloso. Porque aprendeu com a CPI Nacional que é preciso - antes de se jogar as coisas publicamente - ter cuidado quando se cita o nome de pessoas. E este é um cuidado muito grande que esta CPI tem tido e aprendi com a CPI Nacional e evidentemente não queremos repetir alguns erros cometidos pela CPI Nacional. Por isso, a preservação de nomes, até que se materialize o crime, até que se possa provar, na verdade, a existência daquele fato, a CPI Estadual tem tido este cuidado. Somos criticados, até, por não abrirmos mais essas discussões, esses depoimentos, mas, temos que ter esse devido cuidado.

Mas, a par de tudo isso, senhor presidente, quero dizer a esta Casa, hoje, que se nós encerrássemos a CPI do Crime Organizado e do Narcotráfico, hoje, estaríamos já gratificados pelo trabalho que já fizemos. Mas, acima de tudo, senhor presidente e senhores deputados, com a notícia que hoje está estampada em todos os jornais brasileiros, que é manchete de hoje dos principais jornais:

Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, Folha do Paraná, todos os jornais trazem hoje na manchete: “Declarada Guerra ao Contrabando”.

Senhor presidente: “pacto permite a unificação tarifária e a fiscalização de toda mercadoria que passa pelo Brasil”. E aí, antes de ler estas notícias que estão nos jornais, hoje, quero ler um requerimento que esta Casa aprovou, de autoria da CPI do Narcotráfico, que diz o seguinte:

(Lê):

“Nas relações internacionais americanas, o pensamento diretor, a luz guiadora é a cooperação fundada na igualdade e orientada para o bem comum, respeitados os direitos e os legítimos interesses de todos os Estados do Continente.

(Clóvis Beviláqua)

Os deputados estaduais integrantes da CPI do Narcotráfico, abaixo assinados, respeitosamente, vem submeter ao Plenário, a aprovação do seu relatório parcial sobre a questão do Porto de Paranaguá, que opina oficial à Presidência da República, para que sejam tomadas as medidas legais e diplomáticas visando obter da República do Paraguai a indispensável cooperação para que as investigações contra o narcotráfico se estendam às instalações do Porto Franco.

Sala das Sessões, em 08.05.2000.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

RICARDO CHAB - Relator

JUSTIFICATIVA:

Como síntese das relações internacionais entre Brasil e Paraguai, basta destacar dois parágrafos da Declaração Conjunta de Brasília em 27.04.73, entre os dois governos, quando anunciaram o Tratado Internacional de Itaipu, ocasião em que solenemente ratificaram suas políticas de cooperação, vizinhança e irmandade.

‘I - Manifestam sua confiança no aperfeiçoamento da convivência internacional através do primado do direito e do aprofundamento da solidariedade entre os Estados. A esse propósito, ressaltam, como princípio fundamental das relações internacionais, a igualdade jurídica dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados, a cooperação fraterna entre as nações, o reconhecimento da paz e a concórdia como fatores essenciais do progresso, a solução das controvérsias por meios pacíficos, o respeito aos direitos individuais da pessoa humana e a condenação de todas as modalidades de violência que contra eles atentem...’

‘XVI - Considerando a situação mediterrânea da República do Paraguai e o desejo da República Federativa do Brasil de envidar esforços a fim de permitir à nação irmã o mais fácil acesso aos portos marítimos brasileiros, ratificam o que, a respeito, foi acordado entre os dois estados e reafirmam sua determinação de continuar a implementar as concessões de depósitos francos, conferidos ao Paraguai, nos portos de Santos e Paranaguá’.

Pregava o mestre Eugenio Gudín, antes mesmo deste tratado, esta judiciosa sentença:

‘Por um imperativo geográfico, são os países deste hemisfério forçados a viver em regime de vizinhança. Sendo assim, não podem dispensar uma convenção de condomínio, destinada a regular as relações entre eles e com terceiros’. (Artigo publicado em 26.11.65)

Nesta semana, reunida no Rio de Janeiro, a cúpula do Mercosul, em que estiveram presentes Brasil e Paraguai, foram ratificados todos estes propósitos de políticas conjuntas, de cooperação, de integração e inclusive firmando propósitos de políticas conjuntas, de cooperação, de integração e inclusive firmando propósito de chegar-se, futuramente, a uma unidade monetária. Além disso, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de abertura, anunciou que no próximo dia 31 de agosto, todos os países da América do Sul estarão novamente reunidos para ratificarem, mais uma vez, a cooperação de seus governos e a defesa dos ideais comuns, bem como das franquias territoriais que a vizinhança impõe.

O combate ao narcotráfico é meta de todos os povos e governos. As fronteiras físicas e políticas não podem servir de imunidade ou esconderijos aos traficantes. O mundo globalizado criou facilidades que antes os traficantes não tinham, como revela recente estudo publicado na França.

‘A Geopolítica Mundial das Drogas 1998/1999 é o título do relatório do Observatório Geopolítico das Drogas (OGD), um reputado órgão independente que estuda as economias paralelas, redes de comércio de drogas ilegais e seus efeitos geopolíticos, sobretudo no que concerne à criminalização do setor público. O trabalho foi encomendado pela União Européia (UE) e por diversas organizações internacionais, como a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e o programa de controle das drogas da ONU. O estudo está disponível na Internet (www.ogd.org). Folha de São Paulo, 07.05.2000, 1º caderno, pág. 21, 24 e 25.

A CPI do Narcotráfico já reúne provas e indícios que os narcotraficantes utilizam as instalações do Porto de Paranaguá para entrada e saída de drogas e, que inclusive, as instalações do Porto Franco do Paraguai também seriam alvo dos traficantes. Esta CPI esteve em Paranaguá, fez o seu trabalho itinerante e esteve em outros municípios do Paraná, mas especialmente em Paranaguá, constatando o que nós já tínhamos de conhecimento, mas era preciso oficializar isso. A CPI do Narcotráfico reuniu provas e indícios, de que os narcotraficantes utilizam as instalações do Porto de Paranaguá, para entrada e saída de drogas. E que, inclusive, as instalações do Porto Franco do Paraguai também seriam alvo dos traficantes.

Evidentemente que tais operações são clandestinas e não possuem a chancela oficial do governo paraguaio, publicamente empenhado no combate ao narcotráfico como os demais governos do Cone Sul e do mundo civilizado.

Ocorre que sendo o interior e as dependências do Porto Franco do Paraguai, em Paranaguá, considerado como verdadeiro território paraguaio pelo tratado entre nossos países, o que, pelas normas de direito internacional, impede a nossa CPI de efetuar investigação naquelas dependências portuárias.

Trata-se de questão diplomática a ser questionada pelo Itamarati para que este, em nome do Brasil, consiga a colaboração e adesão do governo da República do Paraguai, para permitir a investigação ou para que o próprio governo paraguaio faça tal investigação.

Portanto, sendo fundada a denúncia de que o narcotráfico opera no Porto Franco de Paranaguá, só resta a CPI notificar o Ministério das Relações Exteriores, para que promova o tratamento e medidas legais que o caso requer.

Seria lamentável omissão e até irresponsabilidade, que tal suspeita ficasse sem investigação ou sem que oficialmente o governo paraguaio tenha ciência destas denúncias. Apela-se, pois, que pelo acordo de cooperação Brasil e Paraguai, tomem, em conjunto, as providências que o caso requer.

Diante disso, a CPI do Narcotráfico, submete ao Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, a presente moção para ser enviada ao Excelentíssimo senhor presidente da República, para os devidos fins.

Minuta redigida pela Consultoria Jurídica.

Para ser revisada e aprovada pelo Relator.

Curitiba, 08 de maio de 2000.

(a) NILSO ROMEU SGUAREZI

OAB/PR - 3777"

Foi isso, senhor presidente, que a CPI do Narcotráfico fez, submetendo esse requerimento ao Plenário e esse requerimento foi parar em Brasília.

Evidentemente, não quero dizer, senhor presidente, que foi isso que fez com que ocorresse a mudança e que está hoje colocada nos principais jornais do Brasil. Mas não tenho a menor dúvida, que levantamos o problema. Mandamos para Brasília, com toda essa riqueza de detalhes, nesta minuta, que certamente chegou ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia e também ao ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Ruan A. Martinz.

O que os jornais trazem hoje:

(Lê):

"Declarada guerra ao contrabando.

Brasil e Paraguai firmam acordo bilateral para coibir o comércio ilegal.

Os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, e do Paraguai, Juan Aguirre Martínez, e o secretário da Receita Federal brasileira, Everardo Maciel, assinaram ontem, em Brasília, um acordo bilateral com o objetivo de coibir o contrabando de mercadorias na fronteira. O pacto também permite a unificação tarifária de impostos nos dois países e cria o

"trânsito franco" no Brasil para as importações destinadas ao Paraguai desde que, para a industrialização e consumo no país vizinho.

Essas mercadorias, portanto, estarão sujeitas a todas as regras da fiscalização da Receita Federal por que passam produtos destinados ao mercado interno. Atualmente essa liberdade, segundo Maciel, existe apenas nas movimentações feitas pelo Porto de Paranaguá, no Paraná.

Aprovação

Para entrar em vigor, porém, o acordo precisa ser aprovado pelos parlamentos do Brasil e do Paraguai. Depois que o acordo for homologado pelos parlamentos dos dois países, será feito um protocolo definindo as regras e as metas para o cumprimento do que foi estabelecido.

Já se sabe, porém, que as mercadorias com destino ao Paraguai também estarão sujeitas a contingenciamento, o que significa que se a quantidade do produto importado pelo Paraguai for maior que a capacidade de consumo interno do país, o governo brasileiro - em conjunto com o paraguaio - poderá autorizar a entrada reduzida do produto.

Além disso, se a mercadoria com destino ao Paraguai não for condizente com as notas de importação, a Receita brasileira poderá enviar o produto de volta ao país de origem. O acordo prevê ainda que no Paraguai a Receita poderá fazer a fiscalização em conjunto com os fiscais paraguaios. Maciel explicou que se o governo brasileiro tiver indícios de que empresas com sede no Paraguai estão exportando produtos para o Brasil de forma ilícita, tais empresas poderão ser fiscalizadas pelos dois países.

O acordo Brasil-Paraguai inclui ainda estímulo a investimentos brasileiros em empresas paraguaias. Com isso, os investimentos destinados àquele país com prévia autorização do governo brasileiro terão vantagens tributárias.

Tributação

A base do imposto cobrado no Paraguai terá equivalência no Brasil, embora os tributos naquele país somem cerca de 10% e, no Brasil, 34%. Na maioria dos países com tributos inferiores aos brasileiros é preciso que as empresas compensem a parcela que deixaram de pagar naqueles países no Brasil.

Só com o comércio ilegal de cigarros - principal alvo dos contrabandistas - a Receita estima em R\$1 bilhão ao ano a perda de arrecadação. Atualmente, cerca de 15% do mercado brasileiro de cigarros é clandestino e vem do Paraguai."

Então, senhor presidente, parece-me que cutucamos a onça com vara curta, denunciemos aqui já na CPI, na Comissão Especial que tínhamos aqui, a que antecedeu a CPI estadual, já levantamos do território brasileiro, mandando e desmandando da maneira como eles queriam. Quer dizer, se descarregava no Porto de Paranaguá 50 contêineres, esses contêineres eram levados

para o entreposto paraguaio e numa amostragem dos 50 um deles era aberto e 49 passavam e transitavam por mais de 900 quilômetros pelas estradas do Paraná em direção a Foz do Iguaçu para chegar até o Paraguai. Quer dizer, o que é pior ainda - o papel que a Receita Estadual fazia ou a Receita Federal fazia no Porto de Paranaguá? Apenas acompanhar o desembarque, deputado Takayama que conhece bem Paranaguá, apenas acompanhar o desembarque, verificar se não havia nenhuma ruptura do lacre que veio já a exportação, se não havia nenhuma ruptura, se não havia nenhum problema, não abria o contêiner e colocava um lacre também da Receita Federal também ali como prova de que a mercadoria embarcada no exterior chegou aqui em perfeitas condições e era levada para o entreposto paraguaio. E lá dos 50 contêiners um era aberto, era difícil, e mesmo assim quantas apreensões foram feitas de produtos importados ilegais e depois passava, ia embora para Foz do Iguaçu.

Então, isto era uma aberração, uma aberração que esta CPI constatou e que esta CPI comunicou o presidente da República, o ministro das Relações Exteriores para que tomasse as devidas providências. Volto a repetir - não estamos aqui querendo dizer que foi esta ação da CPI estadual que resultou nesta tomada de posição agora do governo brasileiro de exigir a fiscalização de todos os contêiners que descem ao Porto de Paranaguá e que vão para o entreposto paraguaio, mas que certamente mostramos realmente esta realidade, a CPI não ficou alheia a este problema, fez o seu papel, notificou, comunicou e aí está o resultado.

Senhor presidente se tivéssemos que encerrar esta CPI hoje, encerrarei de cabeça erguida, porque esta Casa deu a sua contribuição para o reparo de uma ação que é por demais importante.

Tenho certeza, que a partir de agora depois dos impedimentos dos Paramentos do Brasil e do Paraguai que ratificarem realmente este novo acordo bilateral entre o Brasil e o Paraguai, tenho certeza que de cada 10 contêiners que vão ser abertos no entreposto paraguaio, não tenho a menor dúvida que 2 ou 3 vão se encontrar armas, cocaína e outras coisas contrabandeadas.

Porque se não fosse assim minha gente, não teríamos a Zona Franca do Paraguai e não teríamos aí os brasileiros indo comprar em grande escala cigarros e armas, lá do outro lado. Não teríamos veículos roubados aqui e trocados por cocaína ou maconha lá no Paraguai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o deputado Cesar Seleme.

O SR. CESAR SELEME

Senhor presidente e senhores deputados, queria cumprimentar o deputado Algaci Tulio, pelo belo pronunciamento sobre a exposição da Legislação do Nar-

cotráfico e a CPI que ele tão bem conduz nesta Casa e que faz parte da nossa CPI de Roubo de Cargas.

Realmente, a Legislação a nível federal é o que estava faltando para que haja um controle efetivo das autoridades brasileiras e paranaenses, sobre a grande facilidade de contrabando.

Na nossa CPI também, deputado Algaci Tulio, foi levantado a grande preocupação e quando estivemos em Brasília, o senador Romeu Tuma, presidente da CPI nacional de Roubo de Cargas foi aventado e foi feito um Expediente pela nossa CPI também alertando às autoridades brasileiras da necessidade da regularização e atualização do acordo entre Brasil e Paraguai que facilitava as transportadoras brasileiras ingressarem no território paraguaio, facilitando sobremaneira que as cargas fossem desviadas e entrassem no Paraguai sem muita fiscalização.

Mas, não poderia deixar de acrescentar, que temos um projeto de lei na nossa CPI, que viabiliza os mecanismos legais autorizando o governo do Estado juntamente com a Polícia Civil e a Polícia Federal, mas com a participação efetiva de membros da Receita Estadual. Senão tiver membros da Receita Estadual também, junto nesta fiscalização, inclusive no próprio Porto de Paranaguá, acho que fica pela metade esta fiscalização.

Parabéns, deputado Algaci Tulio é uma preocupação não só de Vossa Excelência, mas temos certeza também da presidência desta Casa, deputado Nelson Justus e de todos os deputados que assentam nesta Assembléia Legislativa.

Senhor presidente e senhores deputados temos hoje noticiado em todos os jornais do Estado do Paraná este grande movimento pacífico e ordeiro que a Educação Especial está fazendo na Avenida Cândido de Abreu em direção ao Palácio Iguaçu.

É uma reivindicação pacífica e ordeira visando única e exclusivamente alertar tanto o governo do Estado, como à sociedade civil organizada, aos próprios empreiteiros, os próprios proprietários de estabelecimentos, que dêem condições e chances das pessoas especiais participarem no mercado de trabalho, também, no Estado do Paraná.

Existe sim, uma Legislação Federal, uma Legislação Estadual e uma Legislação Municipal que estamos trabalhando neste sentido, desde quando éramos vereador na Câmara Municipal de Curitiba. Mas, pouco à sociedade fez pela pessoa especial.

O que a pessoa especial quer não é privilégio, quer simplesmente que sejam resgatados os seus direitos de cidadão, que dêem condições de participarem do mercado de trabalho. E se fala muito, e, demagogicamente, vários grupos acusam o governo do Estado, dizendo que o governo do Estado quer acabar com a educação especial, com os convênios do governo do Estado com as escolas especiais. Não se trata nada disso, ao contrário, tecnicamente e foram muito felizes os membros do gov-

erno quando foram aos jornais relatando e mostrando que os convênios no Estado do Paraná foram ampliados, não só no ano passado como 5 anos de governo Jaime Lerner a Educação Especial houve um atendimento de mais de 60%, de atendimento e de ampliação no quadro de Educação Especial.

Existe, sim, uma grande preocupação do governo Jaime Lerner, da secretária da Educação doutora Saliba para dar um atendimento. O que se fala e se discute e se desvirtua num momento político é que o governo do Estado acabaria com os convênios das escolas especiais e todos os alunos especiais iriam para o ensino regular. O que não é verdade. O que se tenta realmente é uma bandeira de vários segmentos da própria Educação Especial, é que após uma avaliação do aluno especial leve, sim, daí seja encaminhado para o ensino regular. Mas com uma avaliação, com professores capacitados, com professores treinados para essa finalidade, para que receba no ensino regular o aluno especial leve mas com todo o atendimento como ele tinha, também, na escola especial.

Então, muita conversa, muito diz que diz. Mas na realidade o governo do Estado do Paraná é um dos que, no Brasil, mais investiu na Educação Especial nos últimos 5 anos. E gostaria de deixar nos Anais da Casa esta nota que a Secretaria da Educação publicou e são dados importantes que devem ficar consignados, para relatar a situação real do Estado. Fora disso acho que não podemos acreditar muito em demagogia de palanque dizendo que as coisas não estão bem.

Tem que se analisar, friamente, dentro da legislação e dentro da própria realidade.

Senhores deputados: “O governo do estado, esclarece.

Tendo em vista informações falsas sobre a Educação Especial no Paraná que circularam no dia de ontem, o governo do Estado vem, a público, para tranquilizar os pais de alunos portadores de deficiência. A inclusão de alunos especiais na rede pública de ensino regular é opcional e não implica em desativação de escolas especiais, cabendo aos pais fazer a escolha que julgarem mais conveniente. A política de inclusão estimulada pelo governo está sendo discutida em encontros promovidos pelo governo, pela Secretaria de Educação e não implica em qualquer cerceamento aos direitos dos portadores de deficiência.

Mas, simplesmente, tenta ampliá-los. O atendimento especial cresceu cerca de 60% nos últimos 5 anos no Paraná, o investimento do governo aumentou de 6 milhões em 1994, para 39 milhões, senhores deputados, no ano de 2000. Quando houve uma expansão de 34% no número de escolas conveniadas com a Secretaria, passando este número 245 de escolas conveniadas para 329 escolas conveniadas.”

Vejam, senhores deputados, que a preocupação do estado sempre existiu com a Educação Especial e existe essa política e está sendo implantada no Estado do Paraná.

O deputado Seleme não poderia deixar de se pronunciar nesta manhã de hoje, no Plenário, tendo em vista esta passeata ordeira que visa, simplesmente dizer para o governo do Estado, claro, que querem um atendimento cada vez mais em atenção da Secretaria de Educação, mas, também, alertar os próprios quadros de proprietários de estabelecimentos comerciais, de empregadores que respeitam o pessoal especial e os contratam também para que dentro das suas limitações, prestem serviços para a comunidade paranaense e curitibana e, mais uma vez, o resgate da sua cidadania seja respeitada cada vez mais, já que é um exemplo no Estado do Paraná, dia a dia, o reconhecimento da pessoa especial na sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado às Lideranças, PL, PST, PSL declinam.

No horário destinado à Liderança do PDT, concedemos a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, queria tão somente usar dois minutos destinados à Liderança do PDT para ratificar a posição assumida pelo deputado Cesar Seleme dizendo que o governo, realmente, a cada medida ou a cada correspondência ou a cada ato que pratica, ele tem que fazer logo em seguida uma justificativa. Não sabemos se foi forjada ou adulterada ou se foi original a mensagem pela qual a Secretaria Estadual de Educação, através de sua titular remeteu às escolas de pessoas e principalmente crianças portadoras de deficiências físicas, em Ponta Grossa não tem recebido mensalmente no dia certo, suas subvenções orçamentárias, quer do governo do estado, quer do governo Federal. As dificuldades são imensas.

Já com este problema financeiro vindo atrás destas escolas, imagine chegando uma correspondência como esta que chegou às mãos e vimos aqui, à frente da nossa Casa de Leis, não só e nem tão somente as escolas de Curitiba, alguns representantes do interior. E temos mais, ainda, senhor presidente e senhores deputados, Ponta Grossa APSD foram feitos aumentos sucessivos pelo número de crianças que iam sendo acolhidas para atendimento daquela escola especializada. algumas construções foram efetuadas. E, pasmem os senhores, recentemente lá estiveram os fiscais do INSS, já a escola em dificuldades de verbas, foi multada em 150 mil reais por não recolhimento de INSS, por serviços prestados no levantamento de paredes, no assentamento dos telhados, na colocação do piso. Quer dizer, uma verdadeira aberração.

Tentamos argumentar junto ao INSS Regional de Ponta Grossa. Viemos até Curitiba e estamos lá em Brasília. A única maneira e a saída, pasmem, para nos encaixarmos a Associação Pontagrossense de Assistência à Criança Defeituosa da Cidade da região dos Campos Gerais, a única maneira que conseguimos com o INSS foi

um parcelamento que estamos pagando. Para conseguir, de agora em diante, uma isenção que teria que ser dada ontem.

Muita coisa, senhor presidente e senhores deputados, está errada neste País, neste Estado e na minha Ponta Grossa, principalmente neste campo de assistência à criança defeituosa. Queria parabenizar o deputado Cesar Seleme, que é um dos batalhadores nesta área, o deputado Federal Arns, que tem dado sua presença constante, também. E queria solicitar desta Presidência, se um meio houvesse que tivéssemos, de agora em diante, com as dificuldades que temos, o não pagamento como solicitamos à nossa Bancada Federal, aos nossos senadores e agora solicito à Mesa Executiva desta Casa, para que houvesse um meio pelo qual não continuássemos pagando o INSS por obras que foram feitas para crianças defeituosas. É um absurdo. É realmente um caso que deveria sair até no Fantástico ou deveria a imprensa aqui credenciada, entrar em contato com a APSD em Ponta Grossa e ver que humanamente este é um caso de alguém que não tem coração e que dirige esta Nação. Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ninguém mais desejando usar da palavra, no horário destinado às Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, queria que Vossa Excelência, antes de entrar na Ordem do Dia, verificasse o número dos senhores parlamentares assentados neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência solicita ao senhor 1º secretário que proceda a leitura da chamada nominal.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, antes que se inicie a chamada, quero apenas fazer um registro, aqui, de que estamos na Semana Farroupilha. Como o Estado do Paraná tem uma grande colônia gaúcha, esta Casa aprovou ontem um requerimento de minha autoria, em relação a comemoração alusiva à tradição gaúcha, que está acontecendo com diversas atividades, entre palestras, apresentações de grupos folclóricos. O CTG 20 de Setembro, que fica no bairro do Pinheirinho. Esta Casa outorgou ao CTG 20 de Setembro, assinado por Vossa Excelência, um diploma de voto de congratulações.

Quero, neste momento, homenagear alguns parlamentares gaúchos, que temos aqui, com descendência gaúcha e além do mais toda a colônia gaúcha, que sem dúvida alguma é também grande contribuinte do crescimento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Com a palavra, o senhor 1º secretário, deputado Marcos Isfer.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)
(**Procede a chamada nominal**)

Dez dos senhores deputados encontram-se presentes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há número suficiente para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 105, 345/99 e 208/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/99.

Levanta-se a sessão.